

# RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA  
MONETÁRIA E FINANCEIRA

Número Especial – O “Tarifaço” de Trump | 2025

ISSN 3085-7643

## A Política Comercial de Donald Trump e o Neo-Mercantilismo de Rodrik

José Luis Oreiro



# A Política Comercial de Donald Trump e o Neo-Mercantilismo de Rodrik

*José Luis Oreiro*

*Professor Associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília e Pesquisador Nível I do CNPq.*

*E-mail: joreiro@unb.br*

Após sair da Segunda Guerra Mundial como a maior economia industrial do planeta, os Estados Unidos iniciaram um processo secular de desindustrialização a partir do final dos anos 1960. Conforme dados apresentados na Tabela I, a participação do valor adicionado da indústria de transformação no PIB dos Estados Unidos apresentou um processo consistente de queda, passando de 25,2% do PIB em 1960, para 15,1% no ano 2000 e atingindo o valor mínimo de 10,1% do PIB em 2020, último ano da primeira administração de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos. Durante o governo Joe Biden ocorreu uma leve recuperação da participação da indústria de transformação no PIB, a qual encerrou o ano de 2023 em 10,3%.

A queda da participação do emprego industrial no emprego total foi ainda mais intensa. Em 1960 um em cada três empregos nos Estados Unidos se encontravam na indústria de transformação, que naquele ano foi responsável por 31% dos empregos totais nos Estados Unidos. Essa participação caiu para 22,4% em 1980, para 16,4% em 1990, para 13,1% nos anos 2000, para 9% em 2010, 8,4% em 2020, atingindo o valor mínimo de 8,1% em 2023, na administração de Joe Biden.

Donald Trump foi eleito para um segundo mandato presidencial no final de 2024 com a promessa de devolver os empregos industriais para os Estados Unidos e assim “fazer a América Grande de Novo”. Não podemos negar que Trump tem uma notável intuição política. Ele conseguiu enxergar a existência de um profundo ressentimento no seio de uma parte da classe média americana com nível de escolaridade médio ou baixo, cujos pais ou avós, apesar de seu nível de escolaridade igualmente médio ou baixo, conseguiram bons empregos no setor manufatureiro norte-americano até meados dos anos 1980; mas que perderam seus empregos na indústria e agora se acham empregados em atividades de baixa produtividade e baixos salários no setor de serviços dos Estados Unidos, empregos esses muitas vezes de tempo parcial. A economia dos Estados Unidos que até o final dos anos 1960 poderia ser considerada como uma economia madura, que havia atingido o ponto de Lewis (1954) no qual toda a mão de obra foi transferida das atividades tradicionais ou de subsistência para as atividades modernas de alta produtividade e intensivas em capital, passou a apresentar sinais crescentes de dualidade a lá Lewis, com um grande percentual da força de trabalho numa situação de desemprego disfarçado a lá Robinson (1936).

A questão relevante a ser feita, no entanto, é avaliar se a sua abordagem para o problema da reindustrialização da economia dos Estados Unidos possui alguma racionalidade econômica, ou seja, se os meios adotados pela Administração Trump têm alguma relação – ainda que tênue – com os objetivos propostos por essa administração. Em artigo recente publicado no Valor Econômico, Dani Rodrik (2025) classificou a política de Trump como “mercantilismo”, remetendo assim a uma versão caricaturada das políticas econômicas adotadas por países como a França e a Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, segundo a qual os países deveriam buscar obter superávits comerciais para assim acumularem grandes quantidades de ouro e de prata, metais preciosos identificados com a riqueza propriamente dita. O mercantilismo de Trump se revelaria, portanto, na sua obsessão com os desequilíbrios comerciais bilaterais (na verdade déficits comerciais) dos Estados Unidos com países como a China, Alemanha, Japão e, até mesmo, com o Brasil. Rodrik argumenta que “embora o déficit comercial tenha influenciado o declínio

industrial dos Estados Unidos, está longe de ser o fator mais importante. Além disso, o déficit permite aos consumidores e investidores norte-americanos captarem crédito barato – um privilégio que a maioria dos demais países adoraria ter”.

Muito embora Rodrik afirme mais adiante que “o mercantilismo nunca esteve tão morto quanto pensavam os economistas, nem é necessariamente tão equivocado quanto eles insistem em dizer”, o fato é que a crítica de Rodrik as políticas de Trump partem de uma concepção errada do termo mercantilismo. O Historiador econômico Erik Reinert no seu livro “Como os países ricos ficaram ricos ... e Por que os países pobres continuam pobres” (2016, Contraponto) lembra que os países ricos, como os Estados Unidos, tornaram-se ricos porque durante décadas, muitas vezes séculos, seus governos e suas elites dominantes instituíram, subvencionaram e protegeram indústrias e serviços dinâmicos (Reinert, 2016, p.37); ou seja, setores de atividade econômica sujeitos e retornos crescentes de escala, tanto internos como externos às firmas.

A existência de retornos crescentes tem profundas implicações para as políticas de desenvolvimento econômico. No que se refere aos retornos crescentes internos a firma, sua existência faz com que as empresas se defrontem com curvas de custo marginal de produção decrescente com a qualidade produzida, de tal forma que uma vez um mercado (digamos a produção de produtos têxteis) tenha sido dominado por um conjunto (não necessariamente um oligopólio) de empresas de uma certa região ou país (digamos o Reino Unido no século XIX) é impossível o surgimento de empresas similares em outras regiões ou países como resultado do livre jogo das forças de mercado. Se não houver uma política deliberada de proteção da indústria doméstica por intermédio de tarifas de importação nenhuma região ou país será capaz de romper o monopólio da primeira região ou país que ocupou inicialmente um determinado mercado. Em outras palavras, com retornos crescentes internos a firma, os pioneiros têm uma vantagem inicial que tende a se amplificar ao longo do tempo. Esta é a base teórica do argumento da indústria nascente de Frederic List, que havia sido antecipado em termos práticos por Alexander Hamilton.

A existência de externalidades ou retornos crescentes externos a firma adiciona uma camada de complexidade ao problema do desenvolvimento industrial. Isso porque o retorno do investimento realizado por uma firma num determinado setor de atividade industrial passa a depender das decisões de investimento que outras firmas estão tomando no mesmo setor ou em outros setores da indústria, devido as externalidades pecuniárias ou tecnológicas (Ros, 2013). Nesse contexto, o desenvolvimento industrial autossustentado passa a depender da existência de uma massa crítica de investimentos nos diversos setores da indústria, cuja materialização depende da existência de algum mecanismo de coordenação das decisões de investimento das firmas. Aqui o Estado tem um papel fundamental. A realização de investimentos em certos setores industriais como a produção de insumos básicos (energia, aço, logística) pode ser economicamente inviável para a iniciativa privada, ao mesmo tempo em que é pré-requisito para o investimento privado em outros setores de atividade industrial como, por exemplo, a produção de bens de consumo duráveis. Dessa forma, as etapas iniciais do processo de industrialização terão que ser necessariamente lideradas pelo Estado.

A ênfase da segunda administração Trump em impor tarifas alfandegárias como instrumento para trazer de volta os empregos industriais, parece estar baseada numa recuperação extemporânea do argumento da indústria infante. De fato, num contexto de retornos crescentes de escala se o “sucesso alimenta o sucesso”; também é verdade que “o fracasso alimenta o fracasso”, ou seja, uma vez que as empresas industriais norte-americanas em setores como, por exemplo, o automobilístico, siderurgia e metalmeccânica começam a ficar pra trás na concorrência internacional com respeito as firmas chinesas, alemãs ou brasileiras então esse fracasso irá se aprofundar ao longo do tempo, exigindo assim uma intervenção externa a indústria para ser revertida.

Isso não quer dizer, contudo, que a estratégia adotada pela administração Trump seja correta ou minimamente racional. O mundo da indústria em 2025 é bastante diferente do mundo da indústria nos tempos de Alexander Hamilton ou Frederic List. No século XIX a divisão internacional do

trabalho no setor industrial evoluiu de uma situação em que a Inglaterra era o líder mundial na produção e exportação de bens industriais, quer na produção e exportação de bens de capital, intermediários e de consumo, para um país que, em função das políticas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos e pela Alemanha, se especializou na exportação de bens de capital e alguns bens intermediários para os países de renda alta como os Estados Unidos e a Alemanha, e todos os demais bens industriais para os países de renda média-baixa e baixa na América Latina, África e Ásia (Kaldor, 1966).

O mundo industrial em 2025 é caracterizado por uma divisão internacional do trabalho muito mais intensa do que no século XIX, devido ao surgimento das cadeias globais de valor as quais são redes de produção que abrangem diversos países, onde diferentes etapas do processo produtivo são realizadas em locais diferentes, geralmente sob a coordenação de uma empresa principal, muitas vezes uma multinacional de capital norte-americano ou europeu. Nesse contexto, a introdução súbita e generalizada de elevadas tarifas de importação por parte do governo dos Estados Unidos a quase todos os produtos industriais importados pelos Estados Unidos atua no sentido de aumentar os custos de produção das empresas industriais que ainda operam em solo norte-americano, dado que boa parte dos bens intermediários que tais empresas importam para produzir bens de consumo final nos Estados Unidos terão seus preços altamente majorados pela política comercial de Donald Trump. O resultado será, portanto, uma redução da competitividade internacional da indústria norte-americana de bens finais no curto e médio prazo, com a conseqüente destruição de empregos nesses setores da indústria.

O recuo anunciado pelo governo Trump com respeito as tarifas de importação aplicadas aos países da União Europeia e, mais recentemente, da China parece ser um sinal de que a administração Trump começou a entender o problema das cadeias globais de valor e, portanto, da impossibilidade de recuperar os empregos industriais por intermédio da simples assinatura de ordens executivas por parte do Presidente Trump.

A reindustrialização dos Estados Unidos, tal como dos países da União Europeia, exigirá um esforço sistemático de reconstrução da infraestrutura estratégica para a competitividade internacional. Os Estados Unidos e mesmo países da União Europeia como a Alemanha apresentam defasagens consideráveis na infraestrutura de transportes, no desenvolvimento do capital humano e no investimento em Ciência e Tecnologia com relação a China. Deve-se observar que atualmente diversos setores industriais na China já se encontram na fronteira tecnológica mundial. De fato, como base num estudo publicado em 2024 pela Australian Strategic Policy Institute (ASPI) e que cobre um período de 20 anos, a China domina 57 das 64 tecnologias críticas. Em 2007 a China dominava apenas três dessas tecnologias<sup>1</sup>. Em suma, o setor industrial norte-americano precisa recuperar sua competitividade extra-preço se quiser sobreviver a concorrência com a indústria Chinesa. Sobre esse tópico a Administração Trump não só não está tomando nenhuma iniciativa concreta, como ainda parece ter adotado uma posição beligerante contra o sistema universitário norte-americano, que ainda é o melhor do mundo e fonte importante de ideias que podem se transformar em patentes de novos produtos e processos no futuro.

No que se refere a competitividade preço, uma estratégia mais inteligente do que a aplicação indiscriminada e casuística de tarifas de importação seria uma desvalorização permanente do dólar frente as moedas dos seus principais competidores. Para que isso ocorra de forma duradoura, contudo, o dólar deveria perder a sua função de moeda de reserva internacional, coisa que a administração Trump parece rejeitar com veemência. Aqui nos deparamos com a grande contradição da administração Trump. Para fazer a “América Grande de Novo” os Estados Unidos precisam abrir mão do “privilégio exorbitante” – termo cunhado pelo ministro das finanças da França Valéry Giscard d'Estaing nos anos 1960 – de pôr emitir a moeda de reserva internacional, os Estados Unidos são o único país do mundo que não está sujeito a restrição de balanço de

---

<sup>1</sup> ASPI's two-decade Critical Technology Tracker: The rewards of long-term research investment - ASPI

pagamentos. O problema é que Trump não quer abrir mão desse privilégio. Dessa forma, sua política comercial é não só inconsistente como irracional.

## **Referências**

LEWIS, W. A. (1954). “Economic development with unlimited supplies of labour”. Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. 22.

KALDOR, N. (1966) Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: an inaugural lecture. Cambridge: Cambridge University Press.

Reinert, E. (2016). Como os países ricos ficaram ricos e por que os pobres continuaram pobres. Contraponto: Rio de Janeiro.

ROBINSON, Joan (1936). “Disguised unemployment”. The Economic Journal, v. 46, n. 182, p. 225-237.

RODRIK, D. (2025). “Mercantilismo de Trump é o pior de todos”. Valor Econômico. 08 de maio.

ROS, J. (2013). Rethinking Economic Development, Growth and Institutions. Oxford University Press: Oxford.

Tabela I – Evolução da Participação da Indústria de Transformação dos Estados Unidos no PIB dos Estados Unidos e no PIB Mundial; da Participação do Emprego na Indústria de Transformação no Emprego Total dos Estados Unidos e Participação das Exportações Industriais dos Estados Unidos nas Exportações Mundial de Manufaturados.

Ano	(i) Valor Adicionado da Indústria de Transformação (% PIB EUA) <sup>1</sup>	(ii) Emprego na Indústria de Transformação (% Emprego Total EUA) <sup>2</sup>	(iii) Exportações Industriais EUA (% Exportações Industriais Mundiais) <sup>3</sup>	(iv) Valor Adicionado da Indústria de Transformação EUA (% Valor Adicionado Mundial) <sup>4</sup>
1960	25.2% (1962)	31.0%	N/D	N/D
1970	22.1% (1972)	27.3%	~17% (est.)	~25% (est.)
1980	18.5% (1982)	22.4%	~17% (est.)	~23% (est.)
1990	17.1% (1987)	16.4%	~13% (est.)	~21% (est.)
2000	15.1%	13.1%	~12% (est.)	~20% (est.)
2010	11.9%	9.0%	~8.5% (est.)	~17% (est.)
2020	10.1%	8.4%	~8.0% (est.)	~16% (est.)
2023	10.3%	8.1%	~8.3% (est. 2022)	~15.4% (est. 2021/23)

Fontes e Notas:

1. BEA via<sup>3</sup> (1962, 1972, 1982, 1987); UN SDG Data Portal<sup>4</sup> (2000-2023). Valores referem-se ao ano indicado ou ao mais próximo disponível, conforme notado.
2. Calculado a partir de dados anuais médios do BLS via FRED: MANEMP/PAYEMS.
3. Estimativas baseadas em dados históricos da OMC/UN Comtrade (não totalmente disponíveis nos snippets fornecidos). Valor de 2022 refere-se à participação nas exportações totais mundiais como proxy. A disponibilidade de dados consistentes para todo o período é limitada.
4. Estimativas baseadas em dados históricos da UNIDO/Banco Mundial (não totalmente disponíveis nos snippets fornecidos para os primeiros anos). A disponibilidade de dados consistentes para todo o período é limitada. N/D = Não Disponível.